

Especificações de Negócio do Siconfi

REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO DE SISTEMATIZAÇÃO 16 A 18/11/2011

**Necessidades Atuais e Futuras
(LC 131/2009, Convergência e
outras)**

Estatísticas Fiscais

**Informação
Orçamentária**

**Informação
Fiscal**

**Informação
Contábil**

RREO / RGF / QDCC

**Informações
Diversas /
Específicas**

Abrangência Atual (SISTN)

**Verificação dos
Dispositivos da LRF**

**Informações
Tempestivas**

Transparência

Siconfi

Sistema estruturante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN para coletar dados, executar consultas e extrair informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação.



- ✓ A primeira etapa do projeto SICONFI automatizará a coleta de dados orçamentário-financeiros, fiscais, contábeis e de operações de crédito de todas as esferas e poderes de governo;
- ✓ A linguagem de comunicação dos entes da Federação com o SICONFI será a XBRL (Extensible Business Reporting Language), com possibilidade de inserção inicial de dados em outros formatos (XLS, XML, CSV, etc.).
- ✓ Quando coletadas em outros formatos, as informações deverão ser convertidas para o padrão XBRL.

Utilizações dos Padrões:

e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico

✓ Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

✓ O e-PING possibilita que os sistemas de informação com arquiteturas diferentes e desenvolvidos em épocas distintas possam gerar e trocar informações em tempo real.



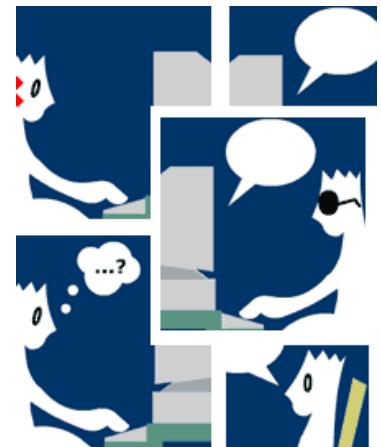
Utilizações dos Padrões:

e-PWG – Padrões Web em Governo Eletrônico

✓ Cartilhas com recomendações sobre usabilidade, redação, codificação, manutenção e arquitetura de informação e desenho que orientam o desenvolvimento de páginas, sítios e portais do Governo Federal, tornando mais fácil a navegação e a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais que procuram os serviços eletrônicos disponíveis nos sítios e portais por outros canais além da Internet.

e-Mag – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico

✓ Recomendações a serem consideradas pelos desenvolvedores de conteúdo para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.



Expectativa – visão para os Entes da Federação.

✓ Ferramenta que agregará valor à gestão dos Entes;

Permitirá fácil e rápida geração de relatórios gerenciais que suportem outras necessidades de interesse da Administração.

Deverá permitir que os dados recebidos sejam manipulados de forma a estruturar relatórios distintos daqueles originalmente enviados.



Expectativas – Visão da STN

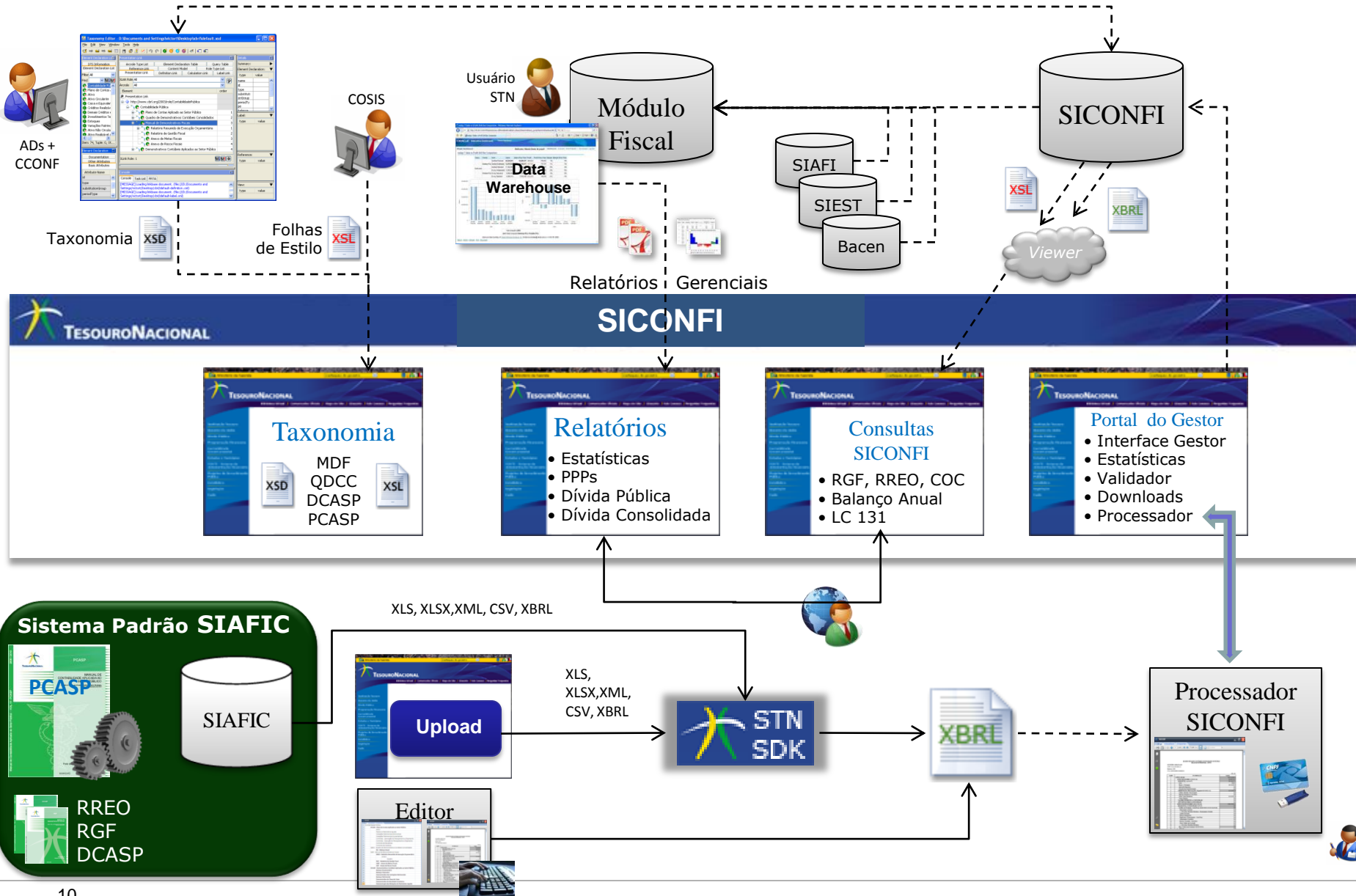
Simplificar e instrumentalizar o processo de consolidação das contas públicas;

Aumento da adesão dos entes da Federação aos programas de transparência, gerando informações de melhor qualidade, mais tempestivas e confiáveis.

Prover à STN das informações necessárias ao desenvolvimento de suas obrigações, especificamente aquelas relativas à implementação dos controles estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), suas alterações, legislação e normatização complementar;

Conteúdo

- ✓ Portal SICONFI;
- ✓ Portal do Gestor;
- ✓ Acesso aos Portais Siconfi e Gestor;
- ✓ Processador Siconfi;
- ✓ Regras para Coleta de Dados;
- ✓ Certificador Siconfi;
- ✓ SDK

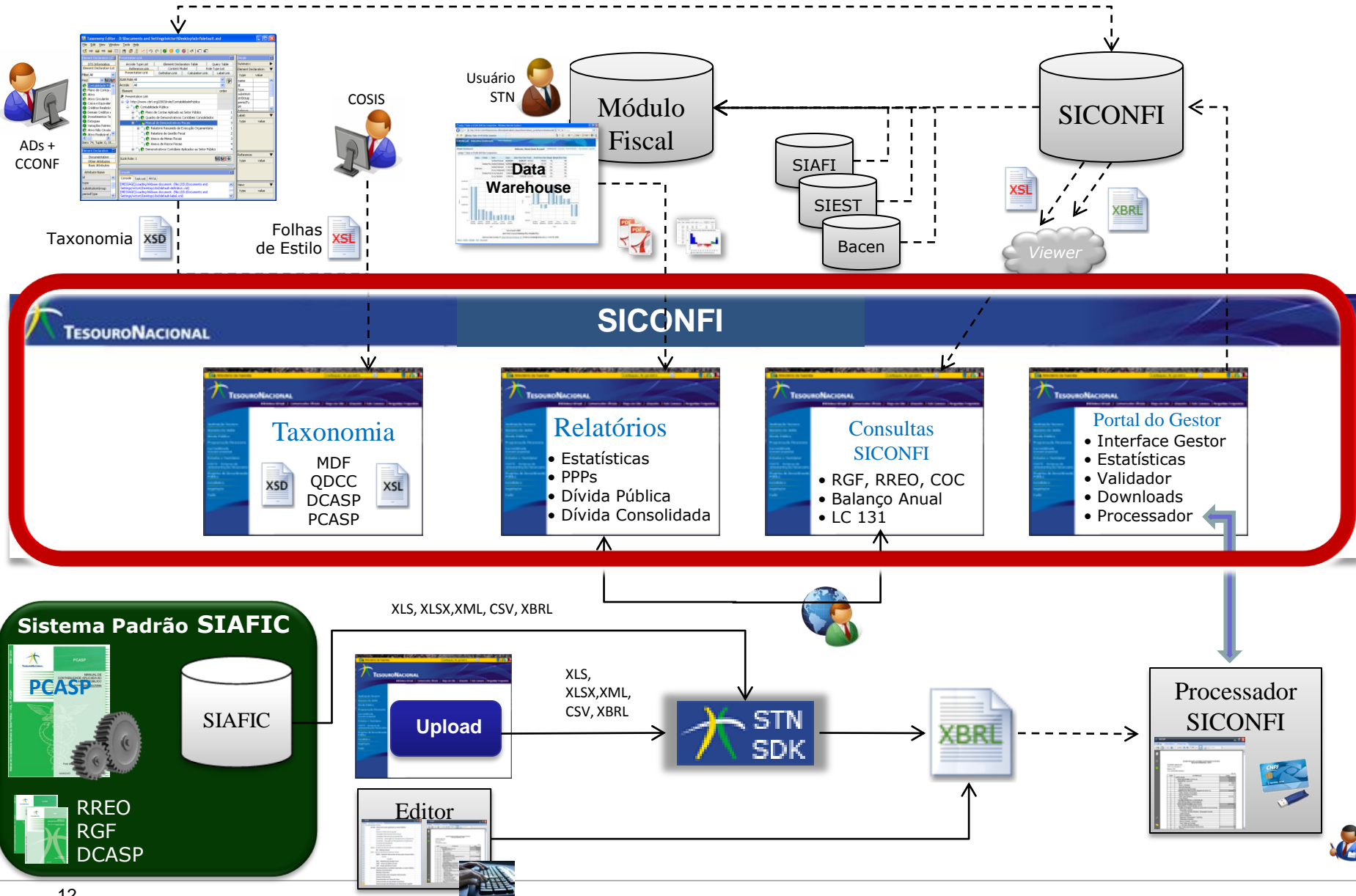


Disponibilização de informações onde a sociedade poderá consultar e manuseá-las de forma parametrizada.

Os usuários poderão, a partir dos dados extraídos, construir e processar as informações da maneira que desejarem;

Não haverá controle de acesso para consultas de livre divulgação;

Qualquer usuário poderá acessar o Portal Siconfi sem necessidade de identificação/autenticação.

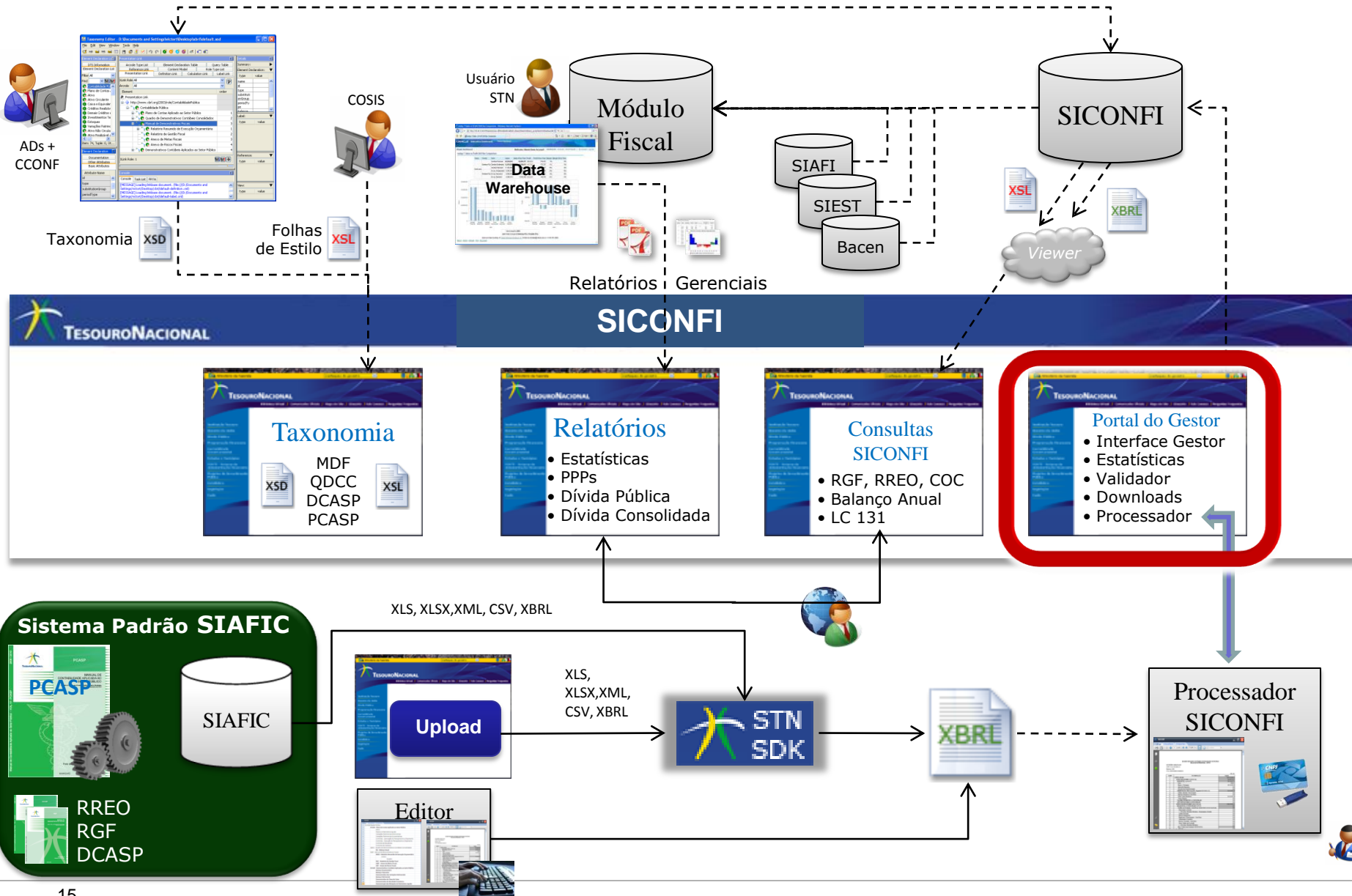


Conteúdo do Portal Siconfi:

- ✓ **Página Inicial;**
- ✓ **Apresentação;**
- ✓ **Material de Divulgação;**
- ✓ **Perguntas e Respostas;**
- ✓ **Fale conosco;**
- ✓ **Extração de dados das informações coletadas dos entes da Federação;**
- ✓ **Consultas aos relatórios e demonstrativos da LRF (RREO, RGF, QDCC e COC);**
- ✓ **Histórico das declarações;**
- ✓ **Situação das declarações;**
- ✓ **Acesso ao Portal do Gestor;**
- ✓ **Taxonomia da Contabilidade Pública para download e visualização;**
- ✓ **SDK (Software Development Kit);**
- ✓ **Link para os Manuais da STN;**
- ✓ **Legislação relativa aos relatórios e demonstrativos.**



Corresponderá a uma área específica dentro do SICONFI, que apresentará funcionalidades para que Titulares, Responsáveis e Gestores possam encaminhar ou registrar as informações orçamentário-financeiras, fiscais, contábeis e de operações de crédito dos entes da Federação exigidas pela LRF, suas alterações, legislação e normativos correlatos, bem como para gerar relatórios e consultas genéricas ou específicas;



Conteúdo do Portal do Gestor:

- ✓ Versão atual do SICONFI;
- ✓ Manual de operação do SICONFI;
- ✓ Tabela com a periodicidade, função do Titular e função do Responsável pela assinatura de cada demonstrativo exigido pela LRF e por normativos emitidos pela STN;
- ✓ Canal de atendimento;
- ✓ Link para a Taxonomia da Contabilidade Pública;
- ✓ Link para área com relatório de auditoria (acessos, entrada de dados, homologações efetuadas e responsáveis envolvidos, etc.);
- ✓ Link para relatórios gerais, que direcionará o gestor para área do Portal SICONFI onde estarão disponibilizadas opções para:
 - Consulta às informações e demonstrativos exigidos pela LRF;
 - Histórico das Declarações;
 - Situação das Declarações;
 - Legislação relativa aos relatórios e demonstrativos;

Regras de Autorização

O que pode ser visto será definido pelos níveis de acesso.

A autorização às diversas funcionalidades do SICONFI se fará por meio de perfis.

Haverá perfis distintos para usuários que cadastram outros usuários, para usuários que cadastram as informações orçamentário-financeira, fiscal, contábil e de operações de crédito e para usuários de consultas.



Regras de Autorização - Perfis

Titular do Poder Executivo: Chefes do Poder Executivo de todos os entes da Federação;

Titular de Outro Poder: Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público de todos os entes da Federação;

Titular de Órgão: Titulares de órgão de todos os Poderes e do Ministério Público;

Responsável: Serão os responsáveis pela contabilidade, pela área financeira ou pelo controle interno de cada órgão.

Gestor: Terão este perfil os usuários indicados pelos titulares de Poder ou órgão.

Acesso ao Portal do Gestor:

- ✓ Disponibilizado como uma área específica dentro do domínio do Portal Siconfi;
- ✓ O sistema solicitará identificação do usuário (CPF) e senha;
- ✓ Após o acesso, o sistema exibirá os perfis disponíveis para cada usuário previamente cadastrado.

Perfis:

- Titular do Poder Executivo;
- Titular de outro Poder;
- Titular de Órgão;
- Responsável;
- Gestor.

Acesso ao Portal do Gestor:

✓ Garantia aos usuários quanto a autenticidade do conteúdo por meio de emissão de certificado digital;



✓ Quando necessário o tráfego de informações pela web deverá utilizar o protocolo “http” sobre camada segura, em que os dados trafegam de modo criptografado, perfazendo o “https”.



Identificação e Autenticação

Determinam quem pode acessar o Portal do Gestor, podendo envolver duas ou três formas de identificação.

Proposta:

✓Corresponde a um pré-cadastro por parte do solicitante. Caso este não seja um chefe do ente, Poder ou órgão, seu pré-cadastro deverá ser validado pela autoridade ao qual responde, por meio de validação no SICONFI com certificado digital.

✓Caso este seja um chefe do ente, Poder ou órgão, seu cadastramento deverá ser confirmado, por meio de certificação digital, com uma relação de autoridades válida para que então este usuário seja habilitado.



Exemplo 1:

Habilitação de usuário de chefe do poder executivo municipal:

1. Chefe do poder executivo acessará o SICONFI;
2. No SICONFI, irá para a área de Portal do Gestor;
3. Nesta área, solicitará pré-cadastramento de usuário;
4. O usuário informará os dados: nome, CPF;
5. O sistema validará tais dados em tabela de autoridades e solicitará certificado digital para a sequência do cadastramento;
6. Confirmada a certificação digital, o usuário completará seu cadastramento, informando dados adicionais, quais sejam: Endereço físico, endereço eletrônico, telefones e e-mail;
7. Concluído o cadastramento, o chefe do poder poderá acessar a área restrita do portal do gestor por meio de seu usuário (CPF) e certificado digital (sua senha de acesso).

Exemplo 2:

Habilitação de usuário para o contador municipal.

1. Usuário acessará o SICONFI;
2. No SICONFI, irá para a área do Portal do Gestor;
3. Nesta área, solicitará pré-cadastramento de usuário;
4. O usuário informará os dados: nome, CPF, data de nascimento e email;
5. O sistema enviará notificação por email ao chefe de poder para que autorize o cadastramento do solicitante;
6. O chefe de poder acessará o SICONFI no Portal do Gestor e confirmará os dados do solicitante, validando seu pré-cadastramento por meio de certificação digital;
7. Caso o usuário tenha realizado seu pré-cadastro antes do chefe de poder, seu pré-cadastro ficará pendente no sistema, aguardando o cadastro deste chefe de poder;
8. Uma vez autorizado, o usuário receberá email com senha para que acesse o SICONFI por meio de seu CPF e complete o cadastro.

Outras Funcionalidades do Portal do Gestor:

- ✓ Acompanhamento/status de envio dos relatórios e demonstrativos;
- ✓ Estatísticas gerais;
- ✓ Alerta de pendências;
- ✓ Cadastro de usuários por perfil;
- ✓ Consulta e impressão de recibos;
- ✓ Downloads.

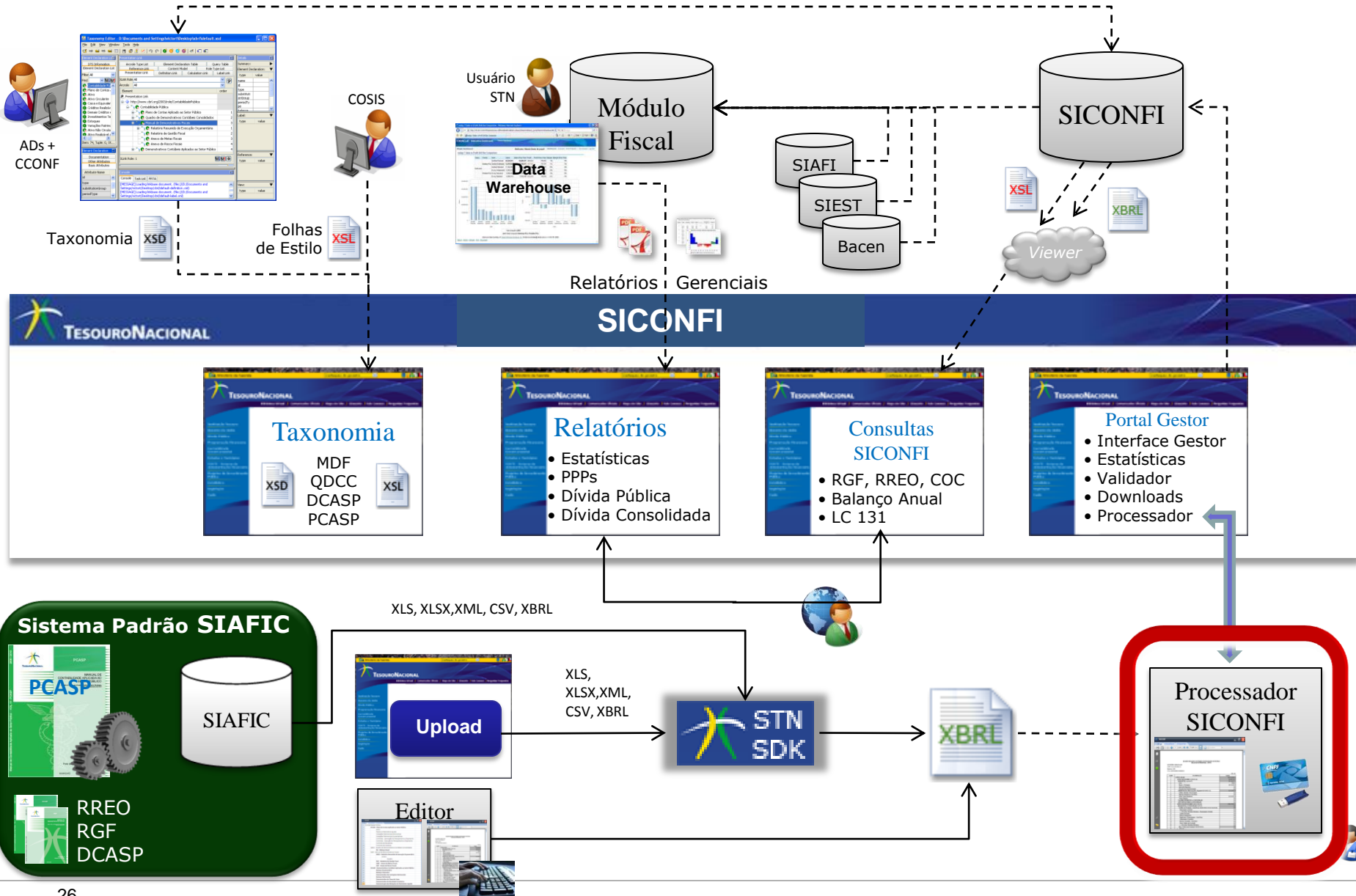
Responsável por receber e dar tratamento às informações orçamentário-financeira, fiscais, contábeis e de operações de crédito encaminhadas à STN;

Deverá ter funções de processador, mapeador e visualizador XBRL.

Os entes, poderes e órgãos, ao enviarem suas informações de forma automatizada, se utilizarão da taxonomia definida pela STN.

Todos os dados enviados e validados serão gravados. Esses arquivos serão mantidos no sistema para geração de consultas, extrações, séries históricas e consolidações.





Responsabilidades do Processador Siconfi

- ✓ Validação do arquivo de instância com a Taxonomia da Contabilidade Pública e das Estatísticas Fiscais;
- ✓ Carregamento de dados de arquivos enviados em formato XBRL (XML);
- ✓ Carregamento de dados em arquivos enviados em formato XLS/XLSX, CSV;
- ✓ Montagem de relatórios e consultas;
- ✓ Consolidar informações;
- ✓ Montagem de *Style Sheets* (folhas de estilos);
- ✓ Permitir a visualização da taxonomia de elementos e instâncias de taxonomias;

Taxonomia da Contabilidade Pública

✓Corresponde a um sistema de classificação, onde se dispõe de forma hierárquica os conceitos orçamentário-financeiros, fiscais, contábeis e de operações de crédito

✓O SICONFI, na montagem dos demonstrativos e relatórios em XBRL, se utilizará dessas taxonomias.

Os relatórios financeiros transmitidos por meio de XBRL são criados através do documento denominado Instância XBRL.

✓A instância XBRL apresenta quatro principais partes: Valores; Contexto; Conceitos; e Dicionário.

✓O dicionário é o que se costuma chamar de Taxonomia XBRL, que define a sintaxe e a semântica dos conceitos.

✓Para a divulgação dos relatórios e outras informações o SICONFI fará uso de folhas de estilo.

✓As taxonomias de elementos, as instâncias e as folhas de estilos dos diversos relatórios serão definidas pela STN e disponibilizadas no Portal SICONFI.

Taxonomia da Contabilidade Pública

Taxonomia de Elementos

- ✓ A taxonomia de elementos ou taxonomia de conceitos expressa os significados dos conceitos utilizados nos relatórios de instância.
- ✓ Os significados dos dados são expressos através de: conceitos; relações; e recursos.
- ✓ Os conceitos definem os termos do negócio, como a definição de “Ativo Circulante” ou “Receita Orçamentária”.
- ✓ As relações representam o relacionamento entre os conceitos por meio de links de apresentação, cálculos e definições.
- ✓ Os recursos adicionam informações aos conceitos, como: “label” em outro idioma; referências legais; e fórmulas.
- ✓ Para a montagem dos demonstrativos ou relatórios, o SICONFI fará uso da taxonomia de elementos disponibilizada pela STN, como a taxonomia dos conceitos presentes no RREO, RGF, Cadastro de OPC e QDCC, por exemplo.

Taxonomia da Contabilidade Pública

Instâncias de Taxonomia

- ✓ Proporciona os meios para transmissão e divulgação das informações orçamentário-financeira, fiscais, contábeis e de operações de crédito.
- ✓ As instâncias conterão a referência às taxonomias que estabelecem os conceitos, relações e recursos usados pela instância.
- ✓ Conterão a informação do contexto de aplicação dos valores informados, por exemplo, o período a que o dado se refere.
- ✓ A instância contém ainda o fato em si, que é sempre associado a um conceito da taxonomia de elementos dentro de um contexto específico.

Folhas de Estilo

- ✓ São o terceiro elemento da linguagem XBRL.
- ✓ São escritas em formato XSL, permitindo que as informações armazenadas no formato XBRL sejam disponibilizadas em qualquer formato desejado ou a criação de outros arquivos, como outro documento XML, documentos PDF ou páginas HTML para divulgação na Internet.

Coleta de Dados

Formas

Automatizada

Integração direta com o SIAFIC



Upload

XLS, XLSX, XML, CSV



Manual

Disponibilização de formulários pré-formatados para digitação



Coleta de Dados

Validação dos Dados

O Siconfi possuirá regras de validação de dados por valores totais para verificação quanto à confiabilidade das informações;

O objetivo da validação será o de identificar erros , na origem do envio, melhorando assim a qualidade da informação transmitida pelo ente, Poder ou órgão.



Coleta de Dados

Assinatura dos Demonstrativos

Os responsáveis definidos para cada tipo de informação assinarão digitalmente os relatórios e demonstrativos, seguindo uma ordem hierárquica;

Após a assinatura digital pelos responsáveis de cada ente, poder ou órgão, os demonstrativos poderão ser visualizados pelos respectivos titulares, para que possam assiná-los digitalmente.



Coleta de Dados

Homologação

Objetivo: Averiguar a entrega dos demonstrativos ou dos relatórios no prazo final determinado em lei, bem como as suas respectivas retificações.

A homologação será realizada automaticamente.

Após a assinatura do relatório ou demonstrativo pelo titular do ente, poder ou órgão, o sistema alterará o status deste relatório ou demonstrativo.



Será o módulo, dentro do Portal do Gestor, que validará as assinaturas digitais dos responsáveis e titulares de cada ente, poder ou órgão em cada um dos demonstrativos e relatórios enviados.

Haverá conferência dos dados das assinaturas digitais dos demonstrativos ou relatórios enviados com o cadastro de signatários de cada demonstrativo/relatório do sistema e com a infraestrutura de chaves públicas;



Secretaria do Tesouro Nacional

Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Paulo Henrique Feijó da Silva

Núcleo de Consolidação e Transparência das Contas Públicas

José Aírton Lacerda de Jesus

Equipe Técnica

Aldemir Nunes da Cunha

Derli Antunes Pinto

Francisca Jaqueline Modesto de Araújo

Estagiários

Fábio Henrique M. Honorato de Sampaio

Izabel Cristina de Carvalho

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/index.asp